

A interrupção voluntária do pensamento

Desidério Murcho

O pensamento mítico sempre exerceu uma forte influência sobre os seres humanos. Como Hume mostrou de forma definitiva nos seus ensaios sobre a religião, os seres humanos sentem-se atraídos pelo estrondoso, pelo invulgar, pelo numinoso. É por isso que o mito nos atrai tanto. Não há que tentar fingir que esta atração não existe. Essa é uma falsa opção. A verdadeira opção é entre saber reagir adequadamente ao nosso gosto pelo maravilhoso, ou ir na onda acriticamente, rendendo o nosso pensamento mais cuidado aos nossos primeiros impulsos. A opção é entre ser vítima desses impulsos ou estar atento a eles e transformá-los criativamente em qualquer coisa verdadeiramente valiosa. Infelizmente, o pensamento mítico impera nas nossas escolas e universidades, invisível e sem que as suas vítimas se deem conta disso — e por isso, dominando-as de forma primitiva.

Uma escola tem dois papéis: transmitir conhecimento e produzir conhecimento. Tanto num caso como noutro são necessários mecanismos de controle de qualidade. É claro que este é o tipo de ideia que não interessa a muitos professores; e é o tipo de ideia que não ocorre a muitos estudantes. E essa é uma das razões pelas quais o estado do ensino da filosofia é tão mau.

Um estudante de 18 anos entra numa universidade e é imediatamente esmagado com o poder do mito: teses de professores ilustres, grandes especialistas mundiais, autores de teses de mil páginas, aulas em que esses arcanos sábios percorrem os textos sagrados da filosofia, em latim, grego e alemão, criticando más traduções e exibindo o seu profundo saber. (Todavia, é significativo que sejam tão ligeiros a criticar traduções, mas tão parcos a traduzir.) Isto impressiona, claro. Impressiona sobretudo o jovem romântico, sedento de conhecimento, que na sua imaginação se vê a entrar no templo sagrado do Saber, ciente de que levará anos a atingir o nirvana de uma tese de mil páginas. Está criado o mito. O jovem fica pelo beicinho, apaixonado pelo saber arcano, pelos livros com bolor, pelas línguas mortas, pelos calhamaços de 1000 páginas — e quanto mais desconhecidos, melhor, porque dá a sensação maravilhosa de que estamos a descobrir segredos inacessíveis ao comum dos mortais.

Tudo isto é compreensível. Eu sinto isso — senti isso quando entrei para a faculdade. Felizmente, acordei a tempo desta interrupção voluntária do pensamento. E isso aconteceu no dia em que me perguntei: como é que eu sei que não estou iludido com tudo isto? E a resposta não se fez esperar: não posso saber.

Levei então anos a compreender melhor o que é uma comunidade académica, e a distinguir o trigo do joio. É um mito pensar que o nosso professor de violino é o maior violinista do mundo se ele nunca atuou em público. Mas é um mito delicioso, porque nos põe em contato com o Inefável Violinista Desconhecido. É um mito pensar que o nosso professor de filosofia é o melhor especialista de Kant do mundo, se ele nunca publicou um só artigo numa revista internacional com submissão anónima ou se nunca publicou um só livro que seja sistematicamente referido na melhor bibliografia filosófica internacional. Mas é um mito delicioso: ali estamos nós, à sombra do Grande Filósofo de Arcana Sabedoria — que ninguém exceto estudantes de 20 anos reconhece como um grande

especialista.

Este é o poder do pensamento mítico: é tão agradável pensar que estamos à mesa do café com o maior maratonista de todos os tempos, que nos esquecemos de lhe perguntar em que maratonas e em que jogos olímpicos é que ele participou. E no dia em que fazemos a pergunta, percebemos que o grande maratonista não passa de um amador que faz umas corridas à volta do quarteirão para impressionar a vizinhança.

Um investigador tem de mostrar em público o que vale. Tem de submeter e publicar artigos nas grandes revistas internacionais de filosofia — revistas que funcionem com sistema de submissão anônima, cujos artigos sejam constantemente referidos nas publicações da especialidade e que tenham um alto índice de recusas. As submissões anônimas são um dos muitos mecanismos para procurar filtrar o joio e ficar com o trigo. Claro que toda a gente sabe que nenhuma peneira é assim tão boa. Mas mais vale uma peneira o mais perfeita possível do que nenhuma peneira — a democracia é um péssimo sistema político, mas é melhor que qualquer outro; a publicação em revistas internacionais com submissão anônima é um péssimo sistema, mas é melhor do que qualquer outro.

Um pretense especialista que só publica em revistas que o convidam a publicar, em revistas dos seus próprios colegas, em revistas sem qualquer circulação internacional, em revistas que não têm submissão anônima, é um especialista de nível zero. Pode ser um gênio; mas a improbabilidade de o ser é muito elevada — e nem ele, nem nós temos qualquer razão para pensar que é um gênio. Pode ser apenas um amador, a leste do que se faz pelo mundo fora, que escreve coisas originais só porque estão eivadas de erros e portanto são coisas que ninguém mais escreve. Mas nada disto me ocorria nos meus 20 anos — era o poder do mito a interromper-me o pensamento.

Como funciona uma revista acadêmica séria de filosofia? Do seguinte modo: em primeiro lugar, há uma política editorial — algures na revista, em geral na contracapa, há um texto que define o tipo de artigos que a revista quer publicar; pode ser uma revista de filosofia da religião ou de qualquer área da filosofia, ou de fenomenologia, ou de lógica. Em segundo lugar, há uma morada para onde as pessoas devem enviar os seus artigos.

Quando uma submissão é recebida, só o secretário ou outra pessoa sabe quem é o autor da submissão. Essa pessoa leva então o artigo à Direção, sem o nome do autor. A Direção estuda o artigo para determinar qual é o melhor especialista da área a quem deve pedir um parecer. Envia-se o artigo ao consultor, que dá um parecer à Direção, dizendo se acha o artigo competente ou não, independentemente de concordar ou não com o seu conteúdo — e sem que a Direção ou o consultor saibam quem é o autor do artigo. Se o parecer do consultor for demasiado ambíguo ou insatisfatório, a direção poderá enviar o artigo a outro consultor, para ter uma segunda opinião. E é com base nestes relatórios que se toma a decisão: publica-se ou recusa-se o artigo. Caso se publique, há em geral várias observações que são enviadas ao autor do artigo, objeções aos seus pontos de vista, etc., que permitem ao autor melhorar o artigo antes de o publicar.

Este sistema não permite evitar que se publique lixo. Nem permite evitar que se recuse artigos geniais incompreendidos. É um sistema péssimo. Mas é muitíssimo melhor do que o sistema nacional das revistas de filosofia, que consiste em publicar os artigos dos nossos próprios colegas, artigos que pedimos aos autores para publicar. Numa revista sem avaliação anônima de submissões não há qualquer controle de qualidade. E depois há o problema de a submissão não ser anônima; mesmo que eu ache que o artigo do meu colega é muito mau,

não tenho coragem para lhe dizer isso, porque ele vai ficar ofendido e lá se vai uma amizade por uma ninharia. É por isso que as submissões têm de ser anônimas. Ninguém se zanga, e procuramos a qualidade. E no fim todos ganhamos.

Será que todas as revistas estão ao mesmo nível? Claro que não. Uma revista feita em Portugal, que publica artigos em português que não são anonimamente avaliados é infinitamente inferior a qualquer revista de circulação internacional que tenha submissões anônimas. 30 artigos numa revista portuguesa deste gênero não valem sequer 1 artigo publicado numa revista acadêmica séria. Isto não quer dizer que não tenhamos artigos de grande qualidade nas revistas portuguesas; pura e simplesmente não podemos saber isso, porque é como ter grandes maratonistas que nunca participaram numa prova internacional.

Os artigos em revistas internacionais são um dos mecanismos de controle de qualidade que escapam ao pensamento mítico e que eu ignorava com 20 anos. Mas há mais dois: colóquios e livros.

A situação dos colóquios e conferências nacionais de filosofia é semelhante ao das revistas: não há a mínima noção do que são colóquios e conferências com controle anônimo de qualidade. Um colóquio acadêmico internacional sério funciona como uma revista: põe-se a circular um pedido de submissão de artigos; as pessoas enviam os artigos; estes são anonimamente avaliados; os que forem aceites serão apresentados pelos respectivos autores na conferência. Em geral, estas conferências têm 1, 2 ou mais conferencistas convidados (filósofos de renome), mas o grosso das comunicações foram artigos submetidos anonimamente.

Uma vez mais, como podia eu saber que o professor arcano de saber medieval e profundo era realmente um grande investigador, se ele nunca publicou artigos em revistas com submissão anônima nem nunca deu conferências com submissão anônima? Claro que não podia saber tal coisa. Mas o poder do pensamento mítico fazia-me ficar à mesma maravilhado com o professor de saber arcano.

Com os livros acontece o mesmo. Os editores portugueses publicam os livros sem qualquer filtro de qualidade. Um livro numa editora acadêmica séria passa uma vez mais pelo filtro da leitura crítica dos especialistas na área. Eu envio um livro para a editora acadêmica séria X. A editora dá o livro a ler a 2 ou 3 especialistas, anonimamente, que se pronunciam sobre a sua qualidade, propõem correções, etc. Isto é trabalho sério. Não é assim que se publica em Portugal. Por isso, publicar 10 livros de filosofia em português não vale a publicação de 1 só livro numa língua culta numa editora de prestígio — os editores que mais livros de alta qualidade publicam, livros que são discutidos e estudados por toda a comunidade acadêmica internacional.

Mas talvez o pensamento mítico resista ainda com o seguinte falso pensamento: que interessa a internacionalização? Cada qual faz filosofia na sua língua e no seu país e pronto. Com que direito dizemos que uma revista de língua estrangeira é melhor? Só porque é estrangeira?

A resposta é: não. Não é só porque é estrangeira. É porque essas revistas têm 1) os mecanismos de filtragem que já expliquei e 2) são verdadeiros fóruns internacionais, onde os melhores estudiosos de todo o mundo discutem ideias, se corrigem, e procuram fazer avançar o conhecimento. A filosofia, como as artes e as ciências, é universal; não é um folclore local. Uma lei da física que só funciona em Portugal, no laboratório fechado do Professor Pardal, é uma farsa. Uma teoria ou um argumento filosófico que só se afirma numa revista em português, sem qualquer controle de qualidade, é igualmente uma farsa.

A importância de 2 escapa-nos quando estamos em pleno pensamento mítico, a olhar embasbacados para o

Grande Professor do Saber Profundo. E é por isso que vale a pena falar mais disso. Os seres humanos erram, enganam-se, iludem-se, etc. Todos nós sabemos disto, claro. Só a interrupção voluntária do pensamento, provocada pelo pensamento mítico, nos faz esquecer esta verdade comezinha. Ora, é precisamente porque as pessoas erram que o controle dos nossos pares é tão importante. Eu preciso que os meus colegas leiam os meus artigos e os critiquem e os discutam e os corrijam. E quantas mais pessoas fizeram isso melhor, mais garantias tenho de não estar a fazer erros elementares. É assim triste verificar como os artigos de filosofia das grandes revistas internacionais provocam discussão, correção, etc., ao passo que os artigos nas revistas nacionais só provocam mais uma linha nos currículos dos respectivos autores. Assim como os livros e as conferências. Assim como os doutoramentos nacionais.

O pensamento mítico rende-se, finalmente. Mas é agora que é preciso não resvalar sem querermos para o oposto do Professor Arcano — como tem acontecido nas ciências em Portugal. Nas ciências tem havido uma revolução surda — as pessoas foram doutorar-se para o estrangeiro, entraram na comunidade internacional, perceberam o que são revistas de física a sério, o que são conferências a sério e hoje as nossas faculdades estão parcialmente integradas na comunidade internacional. Mas é preciso não resvalar para o Grande Investigador Internacional Que Só Vê o Umbigo e Não Sabe Dar Aulas.

Como eu disse, os processos de filtragem de qualidade das revistas, colóquios e livros internacionais são péssimos — mas são melhores do que as alternativas. Mas são realmente péssimos: porque podemos publicar vários artigos e livros a vida toda e ser péssimos profissionais de filosofia ou de física. Seremos tecnicamente perfeitos, mas estaremos embrenhados em pormenores, veremos apenas uma das folhas de uma das árvores da imensa floresta do conhecimento da nossa disciplina. E conseqüentemente seremos maus professores. É porque os professores do ensino secundário sabem instintivamente disto que desprezam a comunidade académica nacional — e com razão. O honesto professor de filosofia ou de física tem de saber ensinar com competência aos seus alunos alguns elementos gerais da disciplina. Ser um Grande Investigador Internacional Cego em nada ajuda tal coisa. Podemos saber em pormenor os argumentos e as teorias da tradução radical de Quine; mas não sabemos ensinar filosofia da religião, estética, ética, filosofia política, introdução à filosofia e lógica elementar. E isto é mau.

É por isso que temos de manter os olhos abertos. A excelência na investigação é só um dos critérios do bom professor. O outro é a excelência no ensino. Mas, ao contrário do que se pensa, o que determina a excelência no ensino não é a pedagogia. O que determina a excelência no ensino é o domínio científico da sua área de estudos no seu todo; é saber filosofia da religião e estética e ética e lógica elementar, ao mesmo tempo em que sabemos os pormenores da tradução radical de Quine. A pedagogia é apenas um acessório de senso comum. Desde que o professor tenha um bom domínio científico da sua área e se esforce por ser um professor competente, será competente; não precisa de nenhuma formação pedagógica que o ensine a contar carteiras vazias e a dispor alunos numa sala.

Em qualquer caso, mesmo que precise de tais tolices pedagógicas, sem o domínio científico teremos maus professores. E em Portugal o problema não é pedagógico, mas sim científico: a esmagadora maioria dos professores de filosofia, a julgar pelos manuais, têm uma formação filosófica altamente deficiente — desconhecem os problemas, teorias e argumentos centrais da filosofia, porque aprenderam a papaguear as palavras dos filósofos sem perceber o que está em causa.

Como podemos avaliar então a qualidade do ensino dos professores? Convidando-os a escrever livros e artigos de carácter introdutório às suas disciplinas e áreas de especialidade; e esses artigos e livros e conferências terão de ser objeto do mesmo tipo de filtragem que os artigos e livros e conferências de investigação. E isto é o que acontece nos países mais desenvolvidos — se eu for publicar um livro de introdução à lógica, ele não é publicado sem ter sido anonimamente avaliado por um especialista em lógica e no ensino da lógica, que irá avaliar duas coisas: 1) a correção científica do meu livro e 2) a sua adequação didática.

2 é muito importante: um livro de introdução à lógica cientificamente correto, mas de tal forma feito que só quem já sabe lógica pode entendê-lo é um livro para ser deitado à velha fogueira de Hume. Infelizmente, acontece muito em Portugal este tipo de situação: um livro ou artigo sem público. Sem público porque apesar de ser introdutório está escrito de maneira que quem não sabe do tema não percebe nada. Claro que um pretense especialista na filosofia da mente de Dennett que é incapaz de explicar os pontos essenciais da filosofia de Dennett a quem nada sabe de filosofia da mente é um mau especialista, além de mau professor. Nunca conheci uma pessoa que dominasse realmente uma certa área e que fosse incapaz de a explicar a quem nada sabe.

Mas muitas pessoas passam por especialistas porque de tanto decorar o muito que leem, repetem o que dizem sem o perceber senão superficialmente, dando-se ares de conhecedor. E são estes pretensos grandes especialistas que publicam em Portugal os livros e artigos sem público noutro aspecto: artigos e livros avançados de filosofia, para os quais obviamente não há público — porque ninguém pode entender e apreciar e discutir a teoria de Einstein sem saber física elementar. E em Portugal precisamos aprender filosofia elementar antes de podermos discutir e estudar os aspectos mais avançados da disciplina.

Esta realidade é tão pouco romântica que repugna, claro, ao pensamento mítico: a ideia de penetrar nos recantos obscuros do saber arcano é muito mais atraente do que a ideia modesta de aprender honestamente e com seriedade os problemas, as teorias e os argumentos da filosofia. Esta é a medida exata do impulso mítico do pensamento. E é porque o seu resultado é o amadorismo pretensioso e o atraso da cultura filosófica nacional que é preciso saber enfrentar o pensamento mítico e transformar o impulso que lhe deu origem em algo de verdadeiramente criativo e construtivo.

Como penso que o que está na origem do pensamento mítico, no fundo, é um grande apego ao conhecimento, basta compreender que o objetivo de conhecer mais e compreender melhor não pode ser honestamente realizado com princípios míticos (e teses de mil páginas que ninguém avaliou publicamente nem leu) para que comecemos a mudar de atitude. E é essa mudança de atitude que urge fazer em Portugal, substituindo a frase rebuscada pelo pensamento cristalino, o embrulho de luxo do lixo intelectual pelo embrulho ecológico e simples da sutileza mental, a pretensão inchada pelo entusiasmo humilde de conhecer e compreender, o pensamento sibilino sobre o que não se pode dizer pelo pensamento dessacralizado do que se pode pensar. Enquanto não mudarmos de atitude, os nossos jovens mais brilhantes e talentosos terão precisamente as mesmas hipóteses de serem filósofos de renome internacional do que os atuais professores portugueses de filosofia: nenhuma.